Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

22/05/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. PRESIDÊNCIA..... 1 - 2
   1.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. JUÍZES..... 4
   2.2. PRESIDÊNCIA..... 5
   2.3. VARA CRIMINAL..... 6
3. JORNAL EXTRA
   3.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA..... 7 - 9
4. JORNAL O DEBATE
   4.1. JUÍZES..... 10
   4.2. PRESIDÊNCIA..... 11
   4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 12 - 13
   4.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 14 - 15
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. PRESIDÊNCIA..... 16
6. JORNAL O PROGRESSO
   6.1. VARA CRIMINAL..... 17
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. COMARCAS..... 18
   7.2. DECISÕES..... 19
   7.3. PRESIDÊNCIA..... 20 - 21
   7.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 22
   7.5. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 23
   7.6. VARA CRIMINAL..... 24

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 9

TJMA garante nomeação de pelo menos 30 juízes após concurso

A presidente do TJMA afirmou que as nomeações tem o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA garante nomeação de pelo menos 30 juízes após concurso

A presidente do TJMA afirmou que as nomeações tem o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, anunciou no final da tarde de quarta-feira (20) que deverá efetuar a nomeação de pelo menos 30 juízes de direito e igual número de servidores, logo após a conclusão da última etapa do concurso público para a magistratura, prevista para o mês de julho.

Segundo informou a presidente do TJMA, com o encerramento do pagamento das parcelas retroativas da revisão anual dos vencimentos dos servidores, no valor de 4,3%, e do reajuste para auxiliares e técnicos, de 21,7%, na folha de pagamento do mês de maio, será possível efetuar as nomeações dos juízes, com o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual.

Durante reunião com o diretor geral, Hebert Leite, e com o diretor financeiro, Cláudio Raposo, em que foram analisados os números do orçamento do Judiciário, a desembargadora disse que "em decorrência da quitação desses direitos, será possível reservar uma margem da verba de pessoal para nomeação dos novos magistrados e servidores".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria da Justiça empossa mais 47 cartorários

Serviços essenciais como emissão de registros civil e de óbito, procuração, registro de imóveis, conciliação, divórcio, dentre outros, estarão mais próximos dos cidadãos maranhenses. Nesta quinta-feira (21), a Corregedoria da Justiça do Maranhão deu posse a 47 candidatos aprovados em concurso público para exercer a função de cartorários. A solenidade de posse aconteceu no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, Centro de São Luís.

A posse constitui mais uma etapa do concurso público realizado em 2011 com a finalidade de preencher alguns cartórios vagos, bem como promover a instalação de outros já criados por lei, mas ainda não instalados. Apesar da convocação ter se estendido a 75 candidatos, apenas 47 já estavam com a documentação regularizada. Desse total de aprovados, 30 exercerão a função pela primeira vez, enquanto outros 17 já atuavam em algum cartório e, com a aprovação, escolheram atuar em outras serventias.

Ao dar posse aos candidatos, Nelma Sarney destacou o intenso trabalho que vem realizando para manter o bom funcionamento da atividade cartorária, enfatizando o trabalho cooperado que vem implementando na direção do órgão corregedor. "Assumimos uma firme posição na construção e na manutenção de um espaço harmonioso que possibilita o diálogo franco entre este órgão corregedor e as serventias. A finalidade é uma apenas: garantir bons serviços cartorários aos cidadãos", disse.

Nelma Sarney também falou sobre os resultados positivos já alcançados em ações de registro civil e de regularização fundiária, mas lembrou que a Corregedoria continuará dando ênfase ao seu papel fiscalizador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Suspensa

A Justiça suspendeu ontem, liminarmente, uma CPI instalada pela Câmara Municipal para investigar a prefeita de Bom Jesus das Selvas, Cristiane Damião (PTdoB).

Ela é acusada pela oposição de supostos desvios de recursos do Fundeb.

Na decisão, o juiz Duarte de Souza acata os argumentos da prefeita sobre irregularidades na votação que culminou com a criação da CPI.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O DÉFICIT de magistrados na Justiça estadual será amenizado com a nomeação de 30 juízes de direito e igual número de servidores, logo após a conclusão da última etapa do concurso público para a magistratura, prevista para o mês de julho. Quem garante é a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Identificado autor dos tiros que mataram vereador de Santa Luzia

Mandado de prisão contra o criminoso, que é ex-presidiário de Pedrinhas, foi expedido

A Justiça expediu ontem o mandado de prisão do autor do tiro que matou o presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de Santa Luzia, Cícero Ferreira da Silva, de 46 anos, o Vavá da Faísa (PC do B), fato ocorrido no dia 3 deste mês, no povoado Faísa. O suspeito é Osmar Alves Pereira, um ex-presidiário de Pedrinhas, onde respondia pelos crimes de homicídio e roubo qualificado. No momento, a polícia está trabalhando com o objetivo de identificar os mandantes do crime, mas há confirmação de que o vereador foi vítima de crime de encomenda.

O delegado regional de Santa Inês, Valter Costa, informou que o trabalho investigativo deste caso está sob a coordenação do delegado de Santa Luzia, Diego Rocha. Durante a investigação, várias ações, principalmente, por meio de testemunhas, conseguiram identificar o executor do parlamentar.

Ainda ontem, a Vara Criminal dessa cidade expediu o mandado de prisão preventiva contra o suspeito e as buscas estão sendo feitas pelas polícias Militar e Civil na região do Pindaré com o propósito de efetuar a prisão de Osmar Alves. Valter Costa também declarou que esse criminoso executou o ex-presidente da Associação dos Moradores de Santa Luzia, conhecido como Cabecinha, há cerca de dois anos, e utilizou os mesmos procedimentos durante o assassinato do presidente da Câmara de Santa Luzia.

Divulgação

Osmar Pereira é procurado

"Osmar Alves mandou executar Cabecinha. Na época, ele chegou ainda a ser preso e provavelmente estaria em liberdade condicional. Isso ainda será apurado", declarou o delegado.

Osmar Alves também responde por um roubo qualificado. No dia 10 de março de 2012, ele e Pedro da Silva Filho, roubaram o cordão de ouro de Erinaldo Alves dos Santos e ainda chegaram a atirar na perna da vítima, em Santa Luzia. Ainda responde a processos por assalto às comarcas de Pedreiras e Paulo Ramos.

Valter Costa comentou ainda que os policiais intensificaram o trabalho de investigação para identificar o mandante ou os mandantes da morte do parlamentar e, em seguida, efetuar a prisão de todos os envolvidos nesse caso.

O crime - O vereador levou seis tiros na tarde do dia 3 de maio, quando estava conversando com alguns moradores, no povoado Faísa, em Santa Luzia. Os criminosos chegaram em uma motocicleta vermelha, efetuaram os disparos e fugiram em seguida. A vítima foi levada por populares ao Hospital Municipal de Buriticupu, onde chegou sem vida.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ex-prefeito João Castelo divulga nota sobre processo judicial

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO DOS R$ 115 MILHÕES

A respeito da notícia publicada na imprensa local sobre a decisão judicial que determina a devolução de R$ 115 milhões ao erário, a ser feita pelo ex-prefeito e hoje deputado federal João Castelo, o parlamentar divulgou nota sobre o processo.

Ex-prefeito João Castelo divulga nota sobre processo judicial

O ex-prefeito e deputado federal João Castelo divulgou nota em que comenta a decisão juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, que o condenou à perda da função pública e dos bens e ao ressarcimento de R$ 115,1 milhões aos cofres públicos por "improbidade administrativa" ocorrida em 2009.

Castelo esclarece que a primeira decisão em relação ao processo julgou a ação improcedente e o eximiu de culpa. Após recurso do Ministério Público ainda na primeira instância, outro juiz da 1ª Vada da Fazenda decidiu reverter completamente a decisão. O deputado afirma que, assim como fez o MP, irá recorrer.

Em relação à denúncia que acusa o governo municipal de não ter demonstrado ocorrências emergenciais em ruas e avenidas da cidade que legitimassem a realização dos serviços que são alvos do processo, Castelo afirma na nota que todos os municípios da Grande São Luís e vários outros do Maranhão decretaram estado de emergência na mesma época. O deputado lembra ainda que a situação de calamidade foi tão grave que o próprio presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Maranhão na época, deixando evidente a situação de emergência que fundamentou o contrato com a Pavetec.

O ex-prefeito e deputado federal João Castelo se manifestou através de nota sobre processo

Confira a nota abaixo:

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A bem da verdade

Tendo em vista a decisão prolatada no processo nº 458/2011, onde o autor é o Ministério Público Estadual (MPE), venho a público, em respeito à sociedade maranhense, fazer os seguintes esclarecimentos:

O MPE moveu ação cível pública arguindo pretenso ato de improbidade administrativa contra minha pessoa, por atos enquanto prefeito municipal de São Luís-MA, bem como contra o ex-secretário de obras e a empresa PAVETEC CONSTRUÇÕES LTDA, na pessoa dos seus sócios, sob a assertiva maior de que não esteve caracterizado o estado de emergência ocorrido no ano de 2009, quando ocorreram desproporcionais chuvas em nossa capital, que justificou a contratação da empresa PAVETEC, para recuperação asfáltica de vários bairros da capital maranhense.

Na verdade, durante a instrução do dito processo, fazendo uso dos meios de defesa assegurados constitucionalmente, demonstrei a existência do estado emergencial decorrente do elevado índice pluviométrico ocorrido, que inclusive assolou todo Estado do Maranhão, com destaque a municípios limítrofes ao de São Luis, tais como, Paço do Lumiar, Ribamar e Raposa, os quais, à época, adotaram idênticas medidas emergenciais para atender o interesse público decorrente dos estragos provocados pelas fortes chuvas.

O índice pluviométrico à época fora tão elevado que o então Presidente da República, Luis Inácio, esteve visitando esta capital e municípios, para constatar os estragos ocorrentes, o que, somado com outros fatores, ensejaram a decretação do estado de emergência, cujos atos não foram exclusivamente de São Luis, mas em grande parte dos municípios que integram o Estado do Maranhão.

Dentro deste contexto, apresentamos, de forma exauriente, durante a instrução processual, as provas que justificaram o ato administrativo que redundou na contratação da empresa PAVETEC para realização dos serviços emergenciais de recuperação asfáltica, tudo em observância à Lei de Licitações.

Ocorreu, então, que finalizada a instrução processual o então Juiz que presidia a 1ª Vara da Fazenda Pública desta capital julgou improcedente a Ação Civil Pública proposta pelo MPE, absolvendo o acusado João Castelo das imputações ali assacadas, momento em que o Órgão Ministerial fez uso Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes, perante ainda o juízo de primeiro grau, onde obteve o re-julgamento da matéria, pois a Juíza Luzia Madeiro Nepomuceno, ao reassumir a titularidade da 1ª Vara da Fazenda Pública, desconstituiu a anterior decisão absolutória prolatada, e proferiu nova decisão, desta vez condenatória.

Em que pese o conteúdo da vossa decisão condenatória, defendo o entendimento que me assiste o direito constitucional de usar os recursos cabíveis em defesa dos meus direitos, até porque já me encontrava absolvido dessas imputações pelo próprio Juízo de Primeiro Grau. Assim, farei manejo dos meios competentes para restabelecer a legalidade frente a verdade dos fatos, e, acima de tudo, demonstrar que os atos de gestão praticados foram direcionados a atender os reclames e interesses da população ludovicense.

Brasília, 21 de Maio de 2015.

João Castelo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Intercâmbio

A convite do Departamento de Estado dos EUA, o juiz Douglas Martins participou do Programa Internacional de Liderança para Visitantes (PILV), que visa à troca de experiências de execução penal entre autoridades e especialistas brasileiros e estadunidenses. A participação aconteceu entre os meses de abril e maio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

NOMEAÇÃO DE JUÍZES

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, anunciou no final da tarde de quarta-feira (20) que deverá efetuar a nomeação de pelo menos 30 juízes de direito e igual número de servidores, logo após a conclusão da última etapa do concurso público para a magistratura, prevista para o mês de julho. Segundo informou a presidente do TJMA, com o encerramento do pagamento das parcelas retroativas da revisão anual dos vencimentos dos servidores, no valor de 4,3%, e do reajuste para auxiliares e técnicos, de 21,7%, na folha de pagamento do mês de maio, será possível efetuar as nomeações dos juízes, com o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual.

PROPOSIÇÃO

A proposta de realização de estudos para a viabilidade de um convênio entre o Governo do Estado e o município de São Luís, objetivando a elaboração de um Plano Diretor de Drenagem está sendo sugerida pelo vereador José Joaquim (PSDB). Para tanto, o vereador tucano apresentou uma indicação na Câmara Municipal pedindo que seja encaminhado ofício sobre o tema ao governador Flávio Dino e ao secretário de Estado de Infraestrutura. Reiterando proposições apresentadas anteriormente, o parlamentar social democrata diz que com o Plano Diretor de Drenagem "poderão ser feitas a prevenção e a correção de alagamentos, e demais transtornos decorrentes da ocupação do solo sem diretrizes, que favoreçam a drenagem das águas, especialmente quando na ocorrência de chuvas", completa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CONCURSADOS

Corregedoria da Justiça empossa mais 47 cartorários

Serviços essenciais como emissão de registros civil e de óbito, procuração, registro de imóveis, conciliação, divórcio, dentre outros, estarão mais próximos dos cidadãos maranhenses. Nesta quinta-feira (21), a Corregedoria da Justiça do Maranhão deu posse a 47 candidatos aprovados em concurso público para exercer a função de cartorários. A solenidade de posse aconteceu no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, Centro de São Luís.

A posse constitui mais uma etapa do concurso público realizado em 2011 com a finalidade de preencher alguns cartórios vagos, bem como promover a instalação de outros já criados por lei, mas ainda não instalados. Apesar da convocação ter se estendido a 75 candidatos, apenas 47 já estavam com a documentação regularizada. Desse total de aprovados, 30 exercerão a função pela primeira vez, enquanto outros 17 já atuavam em algum cartório e, com a aprovação, escolheram atuar em outras serventias.

Ao dar posse aos candidatos, Nelma Sarney destacou o intenso trabalho que vem realizando para manter o bom funcionamento da atividade cartorária, enfatizando o trabalho cooperado que vem implementando na direção do órgão corregedor. "Assumimos uma firme posição na construção e na manutenção de um espaço harmonioso que possibilita o diálogo franco entre este órgão corregedor e as serventias. A finalidade é uma apenas: garantir bons serviços cartorários aos cidadãos", disse.

Nelma Sarney também falou sobre os resultados positivos já alcançados em ações de registro civil e de regularização fundiária, mas lembrou que a Corregedoria continuará dando ênfase ao seu papel fiscalizador. "A Corregedoria não se furtará, em momento algum, ao desempenho de sua função fiscalizadora, razão pela qual re-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

força a necessidade do fiel cumprimento às normas estabelecidas, com destaque para os provimentos da Corregedoria da Justiça do Maranhão", acrescentou.

NOVAS POSSES - De acordo com Rafael Duarte, coordenador das Serventias da Corregedoria, como o prazo para entrega de exames médicos por parte de alguns aprovados ainda não encerrou, o que só ocorre no próximo dia 28, eles tomarão posse em momento posterior, completando a lista dos 75 aprovados convocados.

O coordenador também explicou que a urgência em dar posse aos candidatos que já estavam com a documentação regularizada se deve à necessidade de instalar cartórios que ainda não estão em funcionamento e dar continuidade normal às atividades daqueles que já estão instalados.

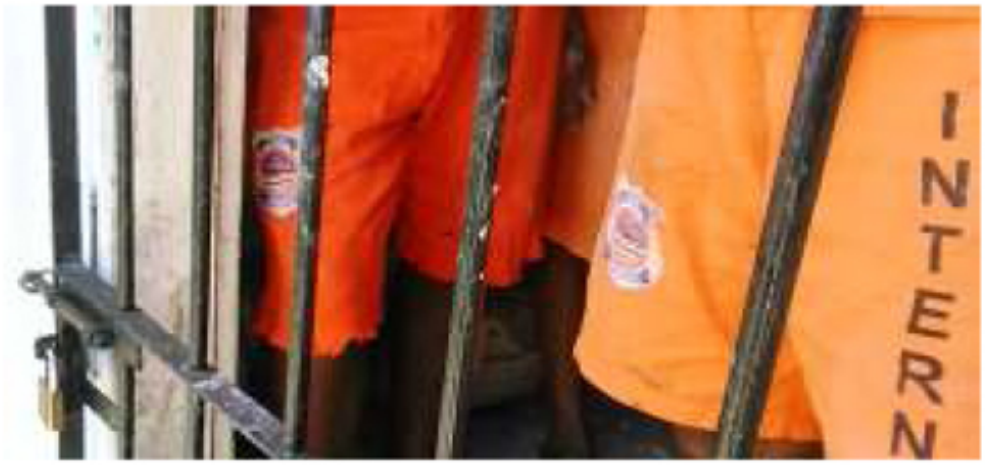
EXERCÍCIO - A Portaria 1907/2015 delega aos juízes de Direito, que exerçam a função de Diretor de Fórum, a competência para dar exercício na atividade notarial e registral aos candidatos empossados. O exercício, que deverá ocorrer em até 30 dias, é a última etapa formal a ser cumprida pelo candidato a fim de que possa exercer a função.

A posse constitui mais uma etapa do concurso público realizado em 2011

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MONITORAMENTO

Inspeção do TJMA em Unidade Prisional de Rosário



A unidade prisional abriga 100 presos, sendo 72 provisórios

A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e o Conselho Penitenciário Estadual realizaram, no último dia 14, inspeção na unidade prisional da cidade de Rosário. A fiscalização contou com a presença do Conselho Penitenciário e teve objetivo de verificar as instalações físicas e a situação dos presos.

Atualmente, a unidade prisional abriga 100 presos, sendo 72 provisórios, 18 no regime fechado e 10 no semi-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

aberto. No entanto, a capacidade é para 60 detentos. Na inspeção, a comissão observou que as celas se encontram em mau estado de conservação. A maioria dos internos reclamou da qualidade da alimentação fornecida.

Segundo o diretor da UMF, desembargador Froz Sobrinho, as inspeções fazem parte das atividades rotineiras da Unidade, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça.

O levantamento das pendências será encaminhado pela Sejap às áreas competentes para que tomem as providências necessárias.

Participaram da vistoria Gerson Lelis Costa (UMF-TJMA), Thayná Freire de Oliveira (conselheira penitenciária da Procuradoria da República), Carlos Jorge Avelar Silva (procurador de justiça), Yuri Michael Pereira Costa (defensor público federal), Francisca Morais da Silveira (psicóloga e conselheira penitenciária), Ruy Palhano Silva (psiquiatra), Suzana Castello Branco (defensora pública estadual), Ana Carolina Valinhas (defensora pública federal) e Erivelton Lago (advogado criminalista), além dos conselheiros Gilmar Santos e o pastor evangélico Ribamar Santos, ambos do Conselho da Comunidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Mais juízes no estado

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, anunciou na última quarta-feira (20) que deverá efetuar a nomeação de pelo menos 30 juízes de direito e igual número de servidores, logo após a conclusão da última etapa do concurso público para a magistratura, prevista para o mês de julho. Segundo informou a presidente do TJMA, com o encerramento do pagamento das parcelas retroativas da revisão anual dos vencimentos dos servidores, no valor de 4,3%, e do reajuste para auxiliares e técnicos, de 21,7%, na folha de pagamento do mês de maio, será possível efetuar as nomeações dos juízes, com o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Caso Carvalho: novos promotores são designados pela Corregedoria do Ministério Público

A definição da designação de três novos promotores para as investigações que apuram a morte do cinegrafista José de Ribamar Carvalho, que foi assassinado a tiros em novembro do ano passado, aconteceu depois que o policial militar Jean Claude dos Reis Apinajé, acusado do crime, foi colocado em liberdade, por determinação da juíza Ana Lucrécia dos Reis Sodré.

A magistrada disse que tomou a decisão de colocar o soldado Reis em liberdade alegando que encontrou falhas na denúncia do Ministério Público. Outras alegações da magistrada foram que nenhuma audiência de instrução foi realizada pela justiça, como também dúvida quanto ao calibre da arma e substituição de folhas do processo remetido à Justiça.

Foram designados os promotores Joaquim Ribeiro Júnior, Domingos Eduardo Silva e Uiuara Medeiros. Os promotores vão responder, a partir de agora, por todas as ações referentes ao processo, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz. Segundo o promotor Joaquim Ribeiro, o primeiro passo será rever os argumentos da justiça, que colocaram em liberdade o soldado Jean Claude Apinajé.

Os promotores vão analisar o processo e se pronunciarão nos próximos dias. A promotora Uiuara Medeiros disse que tudo o que depender do Ministério Público será feito para que Jean Claude possa ser julgado o mais rápido possível.

Jean Claude dos Reis Apinajé está respondendo em liberdade há cerca de 45 dias. Ele se encontra trabalhando internamente no Quartel do 3º BPM, tem de se apresentar a cada 15 dias à justiça e não pode usar armas nem sair da cidade.

Os promotores informaram que vão tentar reverter a decisão no Tribunal de Justiça.

Arquivo

Jean Claude dos Reis Apinajé está respondendo em liberdade

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Estado deverá garantir acessibilidade em prédios públicos de Pedreiras

Sentenças proferidas pelo juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª vara da Comarca de Pedreiras, condenaram o Estado do Maranhão a adaptar o prédio do Fórum e prédios públicos integrantes da Administração Direta na sede e nos termos da comarca para "receber pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida". Entre os prédios públicos que o Estado deve adaptar, estão escolas localizadas em Pedreiras e Lima Campos; Secretaria da Fazenda e Delegacia Regional de Polícia Civil (Pedreiras), além das delegacias de Polícia Civil de Lima Campos e Trizidela do Vale. O prazo para o cumprimento das decisões é de 180 dias a contar da ciência das sentenças. Na sentença relativa à acessibilidade do Fórum, para o atraso nas obras ou o não cumprimento da decisão a multa diária é de R$ 1 mil.

De acordo com as decisões, no prédio do Fórum (Rua das Laranjeiras, s/n, Goiabal) o Estado deve instalar elevador ou plataforma de elevação para viabilizar o acesso de cadeirantes e/ou pessoas com mobilidade reduzida ao segundo pavimento do prédio. Os banheiros também devem ser adaptados para os padrões de acessibilidade. Nos demais prédios citados, a adaptação compreende a estrutura física e os sanitários para receber pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida.

As decisões atendem a ações civis públicas interpostas pela Promotoria Pública de Pedreiras que instauraram procedimento administrativo a fim de verificar se os prédios e logradouros do município e do Estado se encontram adaptados, em conformidade com a NBR 9050-ABNT, que versa sobre o tema. Segundo o MPE, a recomendação para que o Estado promova as adaptações foi emitida há dois anos, sem que tenham sido efetivadas. "Ante a inércia e o silêncio gerados pelo Estado as pessoas com deficiência vêm sofrendo sérias restrições que representam um risco de danos irreparáveis ao exercício do direito de cidadania", alegou o magistrado em sua decisão. *(Ascom TJMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Valéria Macedo reúne com procurador da República para tratar sobre plebiscito

A deputada Valéria Macedo (PDT) esteve reunida com o procurador da República, Thiago Ferreira de Oliveira, na manhã de ontem (21), para pedir a intervenção do procurador na definição dos limites territoriais dos municípios de Buritirana, Senador La Rocque e João Lisboa. No último final de semana, houve uma manifestação na cidade de Senador La Roque e três pessoas foram presas, entre elas um vereador.

Segundo o que foi apurado, moradores do povoado Jenipapo, localizado no município de Senador La Rocque, são contra a ação administrativa e política do prefeito Vagtônio Brandão, que quer obrigar a população a virar munícipe de Buritirana. Os moradores questionam, principalmente, a distância do povoado à sede de Buritirana, que é mais longe do que se comparada com a de Senador La Rocque, município a que sempre pertenceram faz cerca de vinte anos.

A deputada Valéria Macedo (PDT) pediu a intervenção do procurador regional eleitoral na questão, uma vez que é da competência constitucional deste atuar em assuntos como este junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Valéria justificou que "não há outro caminho para resolver a questão dos limites territoriais que não seja o plebiscito, pois assim diz a Constituição Federal, a Constituição Estadual e assim já decidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão". A deputada afirmou que a Assembléia fez sua parte e autorizou o plebiscito.

DIVULGAÇÃO

Valéria Macedo e assessores reunidos com o procurador da República

Após ampla explanação da deputada, dos assessores e vereadores de Senador La Rocque, acerca dos limites entre os municípios, o procurador da República, Thiago Ferreira de Oliveira, se comprometeu em tomar providências junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para aprazamento da consulta plebiscitária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Nomeações após concurso no TJ

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, anunciou que nomeará pelo menos 30 juízes de direito e igual número de servidores, logo após a conclusão da última etapa do concurso público para a magistratura, prevista para o mês de julho.

Segundo a presidente, com o encerramento do pagamento das parcelas retroativas da revisão anual dos vencimentos dos servidores, no valor de 4,3%, e do reajuste para auxiliares e técnicos, de 21,7%, na folha de maio, será possível efetuar as nomeações, com o objetivo de amenizar o déficit de magistrados na Justiça estadual.

Durante reunião com os diretores Hebert Leite (Geral) e Cláudio Raposo (Financeiro), Cleonice Freire disse que "em decorrência da quitação desses direitos, será possível reservar uma margem da verba de pessoal para nomeação dos novos magistrados e servidores".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria da Justiça empossa mais 47 cartorários

Serviços essenciais como emissão de registros civil e de óbito, procuração, registro de imóveis, conciliação, divórcio, dentre outros, estarão mais próximos dos cidadãos maranhenses. Ontem (21), a Corregedoria da Justiça do Maranhão deu posse a 47 candidatos aprovados em concurso público para exercer a função de cartorários. A solenidade de posse aconteceu no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, Centro de São Luís.

A posse constitui mais uma etapa do concurso público realizado em 2011 com a finalidade de preencher alguns cartórios vagos, bem como promover a instalação de outros já criados por lei, mas ainda não instalados. Apesar da convocação ter se estendido a 75 candidatos, apenas 47 já estavam com a documentação regularizada. Desse total de aprovados, 30 exercerão a função pela primeira vez, enquanto outros 17 já atuavam em algum cartório e, com a aprovação, escolheram atuar em outras serventias.

Ao dar posse aos candidatos, Nelma Sarney destacou o intenso trabalho que vem realizando para manter o bom funcionamento da atividade cartorária, enfatizando o trabalho cooperado que vem implementando na direção do órgão corregedor.

Nelma Sarney também falou sobre os resultados positivos já alcançados em ações de registro civil e de regularização fundiária, mas lembrou que a Corregedoria continuará dando ênfase ao seu papel fiscalizador.

NOVAS POSSES – De acordo com Rafael Duarte, coordenador das Serventias da Corregedoria, como o prazo para entrega de exames médicos por parte de alguns aprovados ainda não encerrou, o que só ocorre no próximo dia 28, eles tomarão posse em momento posterior, completando a lista dos 75 aprovados convocados.

O coordenador também explicou que a urgência em dar posse aos candidatos que já estavam com a documentação regularizada se deve à necessidade de instalar cartórios que ainda não estão em funcionamento e dar continuidade normal às atividades daqueles que já estão instalados.

EXERCÍCIO – A Portaria 1907/2015 delega aos juízes de Direito, que exerçam a função de Diretor de Fórum, a competência para dar exercício na atividade notarial e registral aos candidatos empossados. O exercício, que deverá ocorrer em até 30 dias, é a última etapa formal a ser cumprida pelo candidato a fim de que possa exercer a função.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ROSÁRIO

Unidade de Monitoramento e Conselho Penitenciário inspecionam prisão

A Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e o Conselho Penitenciário Estadual realizaram, no último dia 14, inspeção na unidade prisional da cidade de Rosário. A fiscalização contou com a presença do Conselho Penitenciário e teve objetivo de verificar as instalações físicas e a situação dos presos.

Atualmente, a unidade prisional abriga 100 presos, sendo 72 provisórios, 18 no regime fechado e 10 no semiaberto. No entanto, a capacidade é para 60 detentos. Na inspeção, a comissão observou que as celas se encontram em mau estado de conservação. A maioria dos internos reclamou da qualidade da alimentação fornecida.

Segundo o diretor da UMF, desembargador Froz Sobrinho, as inspeções fazem parte das atividades rotineiras da Unidade, em cumprimento a determinação do Conselho Nacional de Justiça.

O levantamento das pendências será encaminhado pela Sejap às áreas competentes para que tomem as providências necessárias.

Participaram da vistoria Gerson Lelis Costa (UMF-TJMA), Thayná Freire de Oliveira (conselheira penitenciária da Procuradoria da República), Carlos Jorge Avelar Silva (procurador de justiça), Yuri Michael Pereira Costa (defensor público federal), Francisca Morais da Silveira (psicóloga e conselheira penitenciária), Ruy Palhano Silva (psiquiatra), Suzana Castello Branco (defensora pública estadual), Ana Carolina Valinhas (defensora pública federal) e Erivelton Lago (advogado criminalista), além dos conselheiros Gilmar Santos e o pastor evangélico Ribamar Santos, ambos do Conselho da Comunidade. *(Ascom MPMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Decretada prisão preventiva de suspeito pela morte de vereador

A Vara Criminal da cidade de Santa Luzia-MA decretou ontem (21) a prisão preventiva de Osmar Alves Pereira, o "Fabiano", investigado como o autor dos disparos que mataram o presidente da Câmara dos Vereadores do referido município, Cícero Ferreira da Silva, de 46 anos – que foi baleado na tarde do dia 3 de maio passado. A polícia, agora, está à sua procura, e, também, dos mandantes do crime.

Segundo o delegado Valter Costa, da Regional de Santa Inês, o suspeito é ex-presidiário do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde já cumpriu pena por homicídio e roubo qualificado. Ele salientou que conseguiram identificar o criminoso a partir de informações repassadas por populares, que colaborou nas investigações acerca do caso, que está sob a responsabilidade de outro delegado, Diego Rocha, lotado em Santa Luzia.

Há dois anos, declarou Costa, Osmar executou a tiros o ex-presidente da Associação dos Moradores da cidade, que atendia pelo apelido de "Cabecinha". A morte teria sido encomendada. Ele, ainda, roubou o cordão de ouro de uma pessoa naquela região, em 10 de março de 2012. Acompanhado de um comparsa, Pedro da Silva Filho, o criminoso chegou a efetuar um disparo na perna da vítima, como recordou o delegado.

CARTAZ – Comunicado sobre as buscas ao suspeito, o Disque-Denúncia já começou a fixar cartazes com a foto de "Fabiano" em vários pontos do Estado, sobretudo no município em que o crime aconteceu. O serviço disponibilizou os números 3223-5800 (capital), 0300 313 5800 (interior) e 99224-8660 (WhatsApp) para quem avistar o criminoso ou souber do seu paradeiro.

O CRIME – Cícero Ferreira da Silva, que era conhecido como "Vavá da Faísa", foi morto com cerca de seis tiros, no povoado Faísa, zona rural de Santa Luzia, por homens que ocupavam uma motocicleta vermelha, em 3 de maio deste ano. O vereador ainda foi levado ao Hospital Municipal de Buriticupu, mas não resistiu a caminho da unidade de saúde. *(NM)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação